

DESPACHOS

DESPACHOS DO PRESIDENTE

DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE
SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
PROCESSO: TC-004897/026/16

INTERESSADA: Prefeitura Municipal de São Vicente, representada pela Dra. Bernadete Bacellar do Carmo Mercier, Secretária dos Assuntos Jurídicos, OAB/SP nº 86.925, e Dr. Fernando Ribeiro de Souza Paulino, Secretário Adjunto dos Assuntos Jurídicos, OAB/SP nº 229.452.

ASSUNTO: Peça inompetida interposta em 13/03/2017, em face de sentença do e. Auditor Valdenir Antonio Polizzi publicada na DOE de 02/02/2017.

Tendo em vista a manifestação do Gabinete Técnico da Presidência (fls. 178/189), em razão de inerte, por inexistência de processamento do apelo como recurso ordinário, consoante o disposto no artigo 138, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publica-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO

ANTONIO ROQUE CITADINI

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR
ANTONIO ROQUE CITADINI
Proc.: 00011717.989.17-2.

Representante: PROPOSTA ENGENHARIA ARMADEIRA LTDA (CNPJ 06.319.722/0001-90). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUIBE (CNPJ 46.578.514/0001-20). Assunto: Pedido de vistas requerido pelo Dr. Alexandre A. Lanzoni (OAB/SP 221.328) nos autos da representação relativa ao edital do pregão Presencial 23/2017 da PM de Peruipe.

Vistos.

Considerando o assunto acima indicado, defiro o pedido de vistas requerido (evento 18), pelo prazo de 05 (cinco dias).

Publica-se.

Proc.: 00011957.989.17-1.

Representante: SPX SERVICOS DE IMAGEM LTDA (CNPJ 09.158.640/0001-07). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA (CNPJ 45.226.214/0001-19). Responsável: ISABEL DOMINGUES Advogado: SYNTHEA TELLES DE CASTRO SCHMIDT (OAB/SP 102.647). Assunto: Representação de visando ao Exame Prévio do Edital do Pregão nº 006/2017, processo nº 19210/2017, do tipo menor preço, promovido pela Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, objetivando a contratação de empresa especializada na realização de serviços em exames de mamografia bilateral, pelo período de 12 (doze) meses. Exercício: 2017.

Vistos.

Examinando a representação formulada pela empresa acima identificada contra o edital do processo nº 066/2017 (processo nº 19210/2017), do tipo menor preço, promovido pela Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, objetivando a contratação de empresa especializada na realização de serviços em exames de mamografia bilateral, pelo período de 12 (doze) meses.

A data de abertura dos envelopes está marcada para o dia 24/07/2017 (segunda-feira próxima futura).

O impugnante alega, em síntese, que o edital apresenta falhas e ilegalidades, a ser corrigidas, pois, a seu ver:

- a) há ausência de imposição de registro das empresas interessadas, bem como de seu responsável técnico, no CRR - Conselho Regional de Técnicos em Radiologia; e,
- b) há falta de exigência de comprovação de balanço patrimonial, patrimônio líquido e índices de liquidez.

É o que tinha a relatar.

DECIDO.

Em que pesem as alegações da Representante, não é possível a concessão da liminar e determinar a paralisação do certame, medida de natureza excepcional.

Nesta Corte existe o entendimento de que a determinação de paralisação de certames licitatórios, só é cabível quando constatada flagrante ilegalidade que prejudique a isonomia do certame ou capaz de determinar a eliminação de potencial concorrente.

Nesse sentido, a situação do caso é outra, pois, a par da exigência criticada coexistir, em análise sumária, com o juízo legal e discricionário conferido à Administração, destaco que o questionamento feito envolver pretensões já afastadas neste Tribunal, motivadamente, conforme registra a jurisprudência em casos assemelhados (por exemplo, vide o eTC 1001939.17-7, arquivado).

Assim sendo, limitando-me ao questionamento feito, indefiro o pedido e com fundamento no artigo 220, § 1º do Regimento Interno, determino o arquivamento do presente expediente, ante, porém, se notificar a representada por meio eletrônico, e transitando para ciência do Ministério Público de Contas e pela URDF competente para conhecimento e devidas anotações.

Publica-se.

Proc.: 00011949.989.17-2.
Representante: ORION CONSTRUCAO E MONTAGEM LTDA - EPP (CNPJ 13.202.695/0001-36). Advogado: ALEXANDRE HIDEYO TURI MATSUACKE (OAB/SP 255.679). REPRESENTADO(A): DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE (CNPJ 46.853.800/0001-56). Responsável: RICARDO BONSARI - SUPERINTENDENTE. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital da Licitação Pública Nacional - LPN - Obras - 001/2017, que tem por objeto a "execução de obras de alargamento e rebaixamento do Rio Baquiriú, compreendendo o trecho entre a sua foz (estaca 0) e a estaca 135, localizado no Município de Guarulhos, parte integrante da 1ª Etapa do Programa Várzea do Tietê". Exercício: 2017.

Vistos.

A pessoa jurídica acima identificada formula representação, com pedido de exame prévio, em face da Licitação Pública Nacional LPN - Obras - 001/2017, promovida pelo DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE, que tem por objeto a "execução de obras de alargamento e rebaixamento do Rio Baquiriú, compreendendo o trecho entre a sua foz (estaca 0) e a estaca 135, localizado no Município de Guarulhos, parte integrante da 1ª Etapa do Programa Várzea do Tietê", estando designado o dia 24/07/17 (2ª feira próxima futura) como data para entrega dos envelopes.

A representante, em resumo, pede a suspensão liminar do certame, para o fim de afinal ser corrigido, alegando o referido edital viola disposições legais sobre a matéria e desrespeita a jurisdição pertinente, conforme o seguinte:

- 1 - a alínea "b" do subitem 4.3 da Seção I - Instruções aos Concorrentes [IAC] do edital, impede a participação de empresas com Plano de Recuperação Judicial homologado, inclusive contrariando a Súmula 50 desta Corte.
- 2 - na alínea "7" do item 4.5 do edital (fls. 67) são feitas exigências restritivas e indevidas de qualificação técnica, considerando que deverão ser comprovadas como parcelas de maior relevância pelas proponentes, dentre outras, a execução de obras de canalização de rios, córregos e/ou canais em gabião com revestimento em concreto (item 4) bem como de escavação e execução de parede diáfana moldada "in loco" escavada mecanicamente com emprego de lama bentonítica com espessura mínima de 0,60 m (item 5), além do que, por exemplo, os subitens 20.1.3 e 20.2.3 do Anexo VI - Especificações Técnicas destacam que a execução dos gabiões deve

obedecer as seguintes etapas: a) Preparação dos colchões fora da utilização; b) Colocação na obra e união; c) Enchimento; e, d) fechamento com costura, não se mencionando quando da especificação o revestimento em concreto.

3 - existem erros constantes da planilha de quantidades a ser executadas, sendo impossível a elaboração de orçamento condizente para elaboração da proposta, pois, conforme consulta aos principais fabricantes de referido material, pode-se constatar que o gabião colchão é vendido apenas em m² (metros quadrados) e que o gabião caixa apenas em m³ (metro cúbico), além do que: a) a característica do gabião caixa destacado às fls.151 do edital, descreve a malha do tipo 6x8 e o diâmetro do fio com espessura mínima de 2,20mm, enquanto as NBR-8964 e NBR-10514, que tratam de referido tipo de material, diferem, destacando que a espessura mínima da parede deve corresponder a 2,40mm e arame de borda de 3,00mm, com malha do tipo 8x10; e, b) da análise da resposta aos pedidos de esclarecimentos apresentados pelas interessadas verifica-se que diversos itens não foram definidos de forma clara no edital, destacando especificações de execução e quantidades divergentes, contrariando assim as normas básicas, como, por exemplo, a especificação do serviço "execução de tirante de 60 t", evidenciando contradição entre planilha e projetos.

Foi o que relata, passo a decidir.
Analisando a petição e os documentos juntados, estou convencido de que a prudência recomenda atender ao pedido de suspensão solicitado, de maneira a melhor examinar a matéria exposta, para evitar prejuízos à competitividade e ao interesse público.

Diante do exposto, RECEBO O CASO, NOS TERMOS LEGAIS E REGIMENTAIS, COMO EXAME PRÉVIO DE EDITAL, DETERMINANDO A IMEDIATA PARALISAÇÃO DA LICITAÇÃO EM TELA ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO POR ESTA CORTE.

Fixo o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que o DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE apresente as justificativas que tiver sobre todos os pontos da representação.

Finalmente, tendo em vista que o advogado Alexandre Hideyo Tursi Matsuacke se encontra cadastrado no sistema e-TCESP e considerando o teor do §1º do artigo 104 do Código de Processo Civil, defiro o pedido feito pelo referido advogado da representante, a fim de que faça a juntada aos autos, no prazo de 10 (dez) dias, da correspondente procuração.

Proc.: TC-13.615/989.17-6.
Órgão DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PIRASSUNUNGA. MATÉRIA EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO. INTERESSADOS: AMANDA OLIVEIRA SENA DA SILVA E OUTROS. RESPONSÁVEL: CONTRATAÇÕES: LUCIMEIRE DOS SANTOS - Dirigente Regional de Ensino. EDITAL: Nº 0298/0070/2014. Exercício: 2015.

Vistos.
Diante da Instrução e da manifestação da PFE, assinou o responsável e aos interessados o prazo de 30 dias, nos termos e para os fins do disposto no art. 2º, inc. XIII, da Lei Complementar 709/93 para que tomen conhecimento do conteúdo nos autos, justifique ou alegue o que for de seus interesses.

Processos: eTC - 5521.989.17-8; eTC - 5619.989.17-1; eTC - 5622.989.17-6; eTC - 5625.989.17-3; eTC - 8744.989.17-9.

Interessado: Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos", por meio de seus representantes legais, Dra. Maylize Rodrigues Santos OAB/SP nº 380.089, e Dr. Eduardo Leandro de Queiroz e Souza OAB/SP 109.013. Assunto: Requerimento de pedido de prazo. Defiro o requerido pelo prazo de 30 dias, a contar da publicação.

Publica-se.
Proc.: 00006293.989.16-5.
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA (CNPJ 59.754.648/0001-04). Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2017. Exercício: 2017.

Vistos.
Constam nos autos que o Município possui pendências na sua gestão administrativa que serão consideradas quando da emissão do parecer prévio a ser emitido em relação às contas de 2017, conforme indicados pela Fiscalização no evento 45, referentes ao 1º quadrimestre.

ALERTO, portanto, nestes termos, os responsáveis, Emanuel Wendebar, Zineid Rodrigues, Edson Gomes e Otávio Augusto Giamantassi Gomes dos fatos para ciência.

Publica-se e, notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a íntegra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00004310.989.16-5.
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM (CNPJ 45.332.095/0001-89). Advogado: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ e SOUZA (OAB/SP 109.013) / TATIANA BARONE SUSSA (OAB/SP 228.489) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO GUTZ BORRA DA SILVA (OAB/SP 262.845) / GABRIELA MACEDO DINIZ (OAB/SP 317.849) / VALÉRIA SMALL (OAB/SP 330.890) / VINICIUS DE MORAES FELIX DORNELAS (OAB/SP 331.641) / CAMILA APARECIDA DE PADUA DIAS (OAB/SP 331.745) / WELLINGTON JOSE PASCHOAL FILHO (OAB/SP 336.698) / RODRIGO SPONTADO FAZAN (OAB/SP 342.542) / ISABELA ABREU DOS SANTOS (OAB/SP 344.769) / JULIANA PAVAN PIERRI (OAB/SP 347.738) / EDUARDO DIAS DE VASCONCELOS (OAB/SP 357.955) / MARCIA LETICIA PEREIRA MENDES (OAB/SP 361.777) / MAYLIZE RODRIGUES SANTOS (OAB/SP 380.089). Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2016. Exercício: 2016. PROCESSO(S) REFERENCIADO(A): 00000409/019/16, 00000263/019/16.

Vistos.

Trata-se da prestação de contas da administração financeira e orçamentária da Prefeitura do Município de Mogi Mirim, relativas ao exercício de 2016. Diante do apurado pela Unidade Regional de Mogi Guaçu UR-19 e nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, assinou o responsável pela presente prestação de contas, Luis Gustavo Antunes Shupp, o prazo de 15 (quinze) dias para que compareça aos autos, conforme o Relatório de Fiscalização constante no evento 82, apresentando o que for de seu interesse.

Publica-se e Notifique-se por via do Sistema Eletrônico, de conformidade com a Resolução nº 01/2011, a íntegra das manifestações que compõem o presente processo poderá ser obtida, mediante regular cadastramento e habilitação, no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), no site www.tce.sp.gov.br.

Proc.: TC - 2257/026/12.
Interessada: Câmara Municipal de Rubiânia. Responsável: Cleovir Cardoso de Silva. Matéria: Contas anuais do exercício de 2012. Assunto: Requerimento de juntada de subestabelecimento - Arcênio Rodrigues da Silva Castro - OAB/SP 183.031.

Visto.

Defiro o requerido.
Retornem os autos ao arquivado
Publica-se.

Proc.: TC - 701/026/15.
Interessada: Prefeitura Municipal de Pereira Barreto. Responsável: Laerte Venâncio Alves. Assunto: Contas anuais do exercício de 2015.
Visto.

Diante da manifestação da Assessoria Técnica Jurídica de ATI, fls.64/67, determino a notificação pessoal do Senhor Laerte Venâncio Alves, Prefeito do Município de Pereira Barreto, querendo 2015, para que no prazo de dez (10) dias tome ciência do conteúdo da referida manifestação e recolha ao arário a quantia de R\$ 432.327,64 (Quarenta e dois mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta quatro centavos), sob pena de ser julgada a presente prestação de contas no estado em que encontra.

Publica-se.

Expediente: TC 15839/026/17.
Interessado: Fundação Uni. Assunto: Substabelecimento de Mandato.

Visto.

Tomo conhecimento do presente Substabelecimento de Mandato, outorgado pelo Dr. Arcênio Rodrigues da Silva, OAB/SP 183.031, ao advogado Dr. Diego Nascimento Marcondes, OAB/SP 379.884 para atuar no processo TC 1740/002/11.

Publica-se. Junte-se.

Expediente: TC-38394/026/15
(Referente ao processo TC-2012/002/12 - Admissão de Pessoal).

Interessada: Fundação de Apoio aos Hospitais Veterinários da UNESP - FUNVET. Assunto: Pedido de sobrestamento. Advogado: João Batista Tavares (OAB/SP nº 324.487).

Vistos.

Considerando que o Processo TC-34387/026/15, a que se vincula o pedido de sobrestamento do juízo, já foi julgado definitivamente em 30/11/2016, e que antecedeu ao julgamento do Processo TC-2012/002/12, nada mais resta a fazer senão considerar prejudicado o requerido, encaminhando-se ao arquivo o presente Expediente.

Publica-se.

Proc.: TC 1740/002/11.
Órgão: Fundação Uni. Assunto: Renúncia de Mandato.

Vistos.

Tomo conhecimento da renúncia de Mandato em nome de Dra. Célia da Silva, OAB/SP 184.941.

Publica-se.

Expediente: TC - 18729/026/16 (Ref. ao TC - 37044/026/11).

Interessada: Prefeitura Municipal de Carapicuíba, por meio de seu representante legal, Dr. Antonio Sérgio Baptista OAB/SP nº 17.111. Assunto: Requerimento de vista dos autos.
Fica prejudicado o pedido de vista dos autos, uma vez que o referido processo encontra-se em instrução pelos órgãos da Casa, devendo a interessada renovar o pedido no momento oportuno.

Publica-se.

Proc.: TC - 167/004/17.
Órgão Público Conveniente: Secretaria de Estado da Saúde - Departamento Regional de Saúde de Marília - DRS IX. Responsável: Luis Carlos de Paula e Silva (Diretor); Clíene Aparecida Turra Souza e Luciana de Oliveira Vidrich (Diretoras Substitutas). Entidade Conveniada: Associação da Santa Casa de Misericórdia de Ourinhos. Responsável: Celso Zanuto (Presidente). Assunto: Repasses Públicos ao Terceiro Setor - Prestação de Contas - Convênio. Exercício: 2015. Valor: R\$2.307.064,99. Instrução por: Unidade Regional de Marília - UR-04/05F-1.

Vistos.

Considerando o relatório da fiscalização acostado às fls. 21/27 dos autos, que constatou irregularidades na prestação de contas, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, assino o prazo de 15 (quinze) dias às partes para tomarem conhecimento de sobre dito relatório e apresentar as justificativas de interesse.

Ficam os interessados autorizados, desde já, a obter vistas e extração de cópias dos autos, em Cartório, observadas as formalidades legais.

Publica-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO
EDGARD CAMARGO RODRIGUES
PROCESSO: -00008949.989.17-2

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA (CNPJ 45.511.847/0001-79) CONTRATADO(A): BOLÍVIA COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA. - ME (CNPJ 17.843.341/0001-21) INTERESSADO(A): -DILADOR BORGES DAMASCENO (CPF 111.389.126-20) ASSUNTO: -DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 011/2017

CONTRATO N.º 012/2017 - OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação e serviços continuados de limpeza geral em unidades escolares e administrativas da secretaria municipal de educação.

(CONCÊNIA 180 - VALOR R\$ 3.029.400,00 EXERCÍCIO: -2017 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): -00008992.989.17-8

Em face dos apontamentos da Fiscalização (evento 16), com fundamento no inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, assino prazo de 20 (vinte) dias à origem, para adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou apresentação de justificativas. Por se tratar de processo eletrônico, o direito de consulta aos autos, bem como de petição, contestação, envio de procurações, etc., poderá ser exercido por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal: www.tce.sp.gov.br, na conformidade da Resolução nº 01/2011.

Publica-se.

PROCESSO: -00008992.989.17-8
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA (CNPJ 45.511.847/0001-79) CONTRATADO(A): BOLÍVIA COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA. - ME (CNPJ 17.843.341/0001-21) INTERESSADO(A): -DILADOR BORGES DAMASCENO (CPF 111.389.126-20) ASSUNTO: -ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 011/2017 CONTRATO N.º 012/2017 - OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação e serviços continuados de limpeza geral em unidades escolares e administrativas da secretaria municipal de educação.

VIGÊNCIA 180 - VALOR R\$ 3.029.400,00 EXERCÍCIO: -2017 PROCESSO PRINCIPAL- 8249.989.17-2

Em face dos apontamentos da Fiscalização (evento 11), com fundamento no inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, assino prazo de 20 (vinte) dias à origem, para adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou apresentação de justificativas. Por se tratar de processo eletrônico, o direito de consulta aos autos, bem como de petição, contestação, envio de procurações, etc., poderá ser exercido por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal: www.tce.sp.gov.br, na conformidade da Resolução nº 01/2011.

Publica-se.

PROCESSO: -0000679.989.13-7
ÓRGÃO: -UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP (CNPJ 46.068.425/0001-33) ADVOGADO: (OAB/SP 149.011) / (OAB/SP 192.396) / (OAB/SP 193.609) / (OAB/SP 194.642) / (OAB/SP 198.123) / (OAB/SP 200.510) / VERIDIANA RIBEIRO PORTO (OAB/SP 209.694) / FERNANDA LAVRAS COSTA SILVA (OAB/SP 210.899) ASSUNTO: -Interessada: Maria Cristina de Castro Cunha EXERCÍCIO: -2012.

Em face do proposto pela Secretaria-Diretoria Geral (evento 105), com base no inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP para que, observado o derradeiro prazo de 20 (vinte) dias, apresente apostila retificatória do ato adequado nos proventos da aposentada - Sra. Maria Cristina de Castro Cunha - ao limite constitucional. Por se tratar de processo eletrônico, o direito de consulta aos autos, bem como de petição, contestação, envio de procurações, etc., poderá ser exercido por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal: www.tce.sp.gov.br, na conformidade da Resolução nº 01/2011.

Publica-se.

PROCESSO: -00004129.989.16-6
ÓRGÃO: -PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE DO ALTO (CNPJ 52.854.755/0001-28) ASSUNTO: -Contas de Prefeitura - Exercício de 2016 EXERCÍCIO: -2016.

Com fundamento no artigo 30, inciso III da Lei Complementar nº 709/93 e no artigo 194 do Regimento Interno, assino ao responsável, Senhor Kaill Adair Filho, o prazo de 15 (quinze) dias para que tome conhecimento do relatório de fiscalização (evento 13) e apresente as justificativas que julgar oportunas.

Publica-se.

PROCESSO: -00004107.989.16-2
ÓRGÃO: -PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA (CNPJ 45.742.707/0001-01) ADVOGADO: LUIZ FERNANDO OLIVEIRA (OAB/SP 229.905) ASSUNTO: -Contas de Prefeitura - Exercício de 2016 EXERCÍCIO: -2016 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): -00009845.989.16-9, 00011995.989.16-7, 00014890.989.16-3, 00004677.989.17-0.

Defiro o pedido de prorrogação de prazo para encaminhamento de justificativas, por 15 (quinze) dias.

Publica-se.

PROCESSO: -TC-010408-989.16-8

CONTRATANTE: -PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA (CNPJ 44.518.711/0001-35) RESPONSÁVEIS: CORNELIO CEZAR KEMP MARCONDES - EX-PREFEITO; JOAO CARLOS DOS SANTOS (Prefeito) e TÂNIA K.G. VALVERDE CASTILHO (Diretora do Departamento de Contratos e Licitações) ADVOGADO: DANIEL MESQUITA DE ARAÚJO (OAB/SP 313.948) CONTRATADO(A): -AMPLITUDE ENGENHARIA LTDA - EPP (CNPJ 07.938.597/0001-69) ADVOGADO: DANIEL MESQUITA DE ARAÚJO (OAB/SP 313.948) ASSUNTO: -Determinação nas contas TC-1705/026/12, exercício 2012. Edital: nº 23/2011 (processo nº 3836/2011). Licitação: Pregão nº 23/2011. Contrato: nº 136/2011 de 21/09/2011. Objeto: Prestação de serviços de manutenção geral predial preventiva e corretiva em todas as Unidades de Ensino Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino, com fornecimento de material e mão de obra. Vigência: 21/09/2011 a 21/09/2012. Valor global Estimado: R\$ 1.879.600,00. EXERCÍCIO: -2011.

Em face da proposta de Chefia de ATJ[1](evento 31.3) e ante os apontamentos da Fiscalização(evento 08), com fundamento no inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93 NOTIFICO a origem, para que, observado o derradeiro prazo de 20 (vinte) dias, apresente as alegações de interesse. Por se tratar de processo eletrônico, o direito de consulta aos autos, bem como de petição, contestação, envio de procurações, etc., poderá ser exercido por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal: www.tce.sp.gov.br, na conformidade da Resolução nº 01/2011.

Publica-se.

PROCESSO: -00004339.989.16-2
ÓRGÃO: -PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE (CNPJ 46.638.714/0001-20) ADVOGADO: PAULO SERGIO MENDES DE CARVALHO (OAB/SP 131.979) ASSUNTO: -Contas de Prefeitura - Exercício de 2016 EXERCÍCIO: -2016.

De acordo com as disposições contidas no artigo 194 do Regimento Interno, notifico o Responsável Senhor Marcelo Vaqueli para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do relatório da Fiscalização (evento 95.76) e, querendo, apresentar medidas ou justificativas de seu interesse.

Publica-se.

PROCESSO: -00003942.989.16-1
ÓRGÃO: -PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO RAMALHO (CNPJ 46.444.790/0001-03) ASSUNTO: -Contas de Prefeitura - Exercício de 2016 EXERCÍCIO: -2016 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): -00016753.989.16-9, 00017931.989.16-4.

Defiro o pedido de prorrogação de prazo para encaminhamento de justificativas, por 15 (quinze) dias.

Publica-se.

PROCESSO: TC-00018-989.14
Representada: Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba Responsável: Elvís Leonardo Cezar Representante: Terra Clean Comercial Ltda. Assunto: Possíveis irregularidades na Concorrência nº 006/2013.

CONTRATE: Prefeitura do Município de Santana do Parnaíba Contratada: Soluções Serviços Terceirizados Eireli Objeto: Edital nº 006/2013, Contrato nº 084/2014, de 28/07/2014, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza técnica nas escolas da rede municipal de ensino, com a disponibilização de recursos humanos especializados e uniformizados, produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos. DEPENDENTES: TC-002615.989.15(1º Termo de Aditamento, de 14/04/2015); TC-006827.989.15(1º Termo de Prorrogação, de 18/08/2016); TC-007955.989.17(5º Termo de Aditamento, de 26/10/2015); TC-008480.989.15(3º Termo de Aditamento, de 16/03/2016); TC-013251.989.16(4º Termo de Aditamento, de 21/07/2016); TC-015027.98